

**No. 35922**

---

**Brazil  
and  
Argentina**

**Agreement on cinematographic co-production between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Argentina. Buenos Aires, 18 April 1988**

**Entry into force: 25 July 1995 by notification, in accordance with article 19**

**Authentic texts: Portuguese and Spanish**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 23 July 1999**

---

**Brésil  
et  
Argentine**

**Accord de coproduction cinématographique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine. Buenos Aires, 18 avril 1988**

**Entrée en vigueur : 25 juillet 1995 par notification, conformément à l'article 19**

**Textes authentiques : portugais et espagnol**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 23 juillet 1999**

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

**ACORDO DE CO-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA ENTRE O GOVERNO DA REPUBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPUBLICA ARGENTINA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina,

Animados pelo propósito de facilitar a produção conjunta de obras que, por suas elevadas qualidades artísticas e técnicas, contribuam ao desenvolvimento das relações culturais e comerciais entre os dois países e sejam competitivas tanto nos respectivos territórios nacionais como nos de outros Estados,

Acordam o seguinte:

**I - CO-PRODUÇÃO**

**ARTIGO 1**

Para os fins do presente Acordo, entendem-se por filmes de co-produção películas cinematográficas que superem 1.600 metros de comprimento, para os longa-metragens, e que não sejam inferiores a 290 metros, para os curta-metragens, no formato de 35 mm., ou de comprimento proporcional nos outros formatos, realizados por um ou mais produtores brasileiros conjuntamente com um ou mais produtores argentinos, em conformidade com as normas indicadas nos artigos subsequentes do presente Acordo, com base em um contrato estipulado entre os co-produtores e devidamente aprovado pelas autoridades competentes dos respectivos Estados: pelo Brasil, o Ministério da Cultura - Conselho Nacional de Cinema e EMBRAFILME; e, pela Argentina, a Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Justiça - Instituto Nacional de Cinematografia.

**ARTIGO 2**

Os filmes realizados em co-produção entre o Brasil e a Argentina serão considerados como filmes nacionais pelas autoridades competentes dos Estados contratantes sempre que tenham sido realizados de acordo com as normas legais e as disposições nelas vigentes.

Os mesmos gozarão das vantagens previstas para os filmes nacionais pelas disposições legais vigentes ou pelas que poderão ser estabelecidas em cada Estado co-produtor.

Tais vantagens serão adquiridas somente pela empresa produtora do Estado que as concede.

Com vistas a obter os benefícios estabelecidos no presente Acordo, os co-produtores deverão reunir todos os requisitos previstos pelas respectivas leis nacionais para ter direito às facilidades previstas em favor da produção cinematográfica nacional, assim como os requisitos estabelecidos pelas normas de procedimento estabelecidas neste Acordo.

Os filmes de co-produção deverão ser realizados também por empresas que possuam adequada organização técnica e financeira e experiência profissional reconhecida pelas autoridades nacionais, de acordo com as respectivas normas internas.

#### ARTIGO 3

As solicitações apresentadas pelas empresas produtoras para poder gozar dos benefícios do presente Acordo deverão ser redigidas em conformidade com as disposições estabelecidas por suas normas de procedimento.

Os elementos de realização da obra deverão ser transmitidos às autoridades competentes de cada Estado contratante.

#### ARTIGO 4

Na produção dos filmes, a proporção das contribuições respectivas dos co-produtores dos Estados contratantes poderá variar de 30% a 80%.

Os 30% da cota de participação financeira minoritária deverão ser utilizados no Estado do co-produtor minoritário, exceto nos casos de co-produção com participação de mais países, como estabelece o Artigo 12 do presente Acordo.

A contribuição de cada co-produtor deverá consistir também, além da participação financeira, na participação artística e técnica de nacionais do próprio Estado contratante, salvo o disposto no Artigo 5.

A participação artística e técnica deverá ser adequadamente proporcional, a juízo das autoridades competentes dos dois Estados co-produtores.

**ARTIGO 5**

1. As solicitações para obter o benefício da co-produção cinematográfica, juntamente com o contrato de co-produção, devem ser depositadas, em princípio, no mesmo período, perante as respectivas Autoridades, pelo menos 30 dias antes do início da filmagem da película.

2. A documentação para obter o referido benefício, redigida em idioma português para o Brasil e em idioma espanhol para a Argentina, deve ser a seguinte:

- I. Um documento comprobatório de que a propriedade dos direitos autorais para a adaptação cinematográfica foi legalmente adquirida;
- II. Uma descrição pormenorizada;
- III. O contrato de co-produção (um exemplar assinado e rubricado em três cópias), estipulado sob reserva de aprovação por parte das Autoridades competentes dos dois países.

O referido contrato deverá especificar, em folha anexa:

- a) o título do filme;
- b) o nome do autor do argumento e do adaptador, se o argumento for extraído de obra literária;
- c) o nome do diretor;
- d) o montante dos custos;
- e) o montante das contribuições dos co-produtores;
- f) a distribuição dos lucros e dos mercados;
- g) o compromisso dos produtores de participar nos eventuais aumentos ou de beneficiar-se das eventuais economias no tocante ao custo do filme, proporcionalmente às respectivas contribuições.

A participação nos aumentos pode limitar-se, para o produtor minoritário, a 30% do custo do filme;

- h) uma cláusula do contrato deve prever que a concessão dos benefícios do Acordo não obriga as Autoridades competentes dos dois países a outorgarem a permissão para exibição pública;
- i) outra cláusula deve especificar as condições do regulamento financeiro entre as Partes:
  - no caso de que as Autoridades competentes não autorizem a exibição pública do filme em um ou outro dos países, ou no exterior;
  - no caso de que os depósitos das contribuições financeiras não tenham sido efetuadas de acordo com o previsto pelo Artigo 10 do Acordo;
- j) a indicação do período previsto, em princípio, para o início da filmagem da película.

IV. O plano de financiamento e o orçamento das despesas.

V. A lista dos elementos técnicos e artísticos, com a indicação da nacionalidade e dos papéis atribuídos aos atores;

VI. O plano de trabalho, com a indicação analítica da filmagem de interiores e exteriores, os lugares e os países onde se efetuarão as filmagens;

VII. O roteiro do filme, que deverá ser entregue às Autoridades antes do início da filmagem da película.

As respectivas Autoridades poderão, ademais, solicitar todos os documentos e indicações complementares que considerarem necessárias.

3. Modificações contratuais, incluída a substituição de um dos co-produtores, poderão ser introduzidas ao contrato original de co-produção depositado antes do término da filmagem da película; as mesmas deverão ser submetidas à aprovação das autoridades competentes dos dois países antes do término da filmagem da película.

4. A substituição de um co-produtor pode ser admitida somente em casos excepcionais, por motivos reconhecidos como válidos pelas duas Autoridades.

5. As Autoridades darão a conhecer reciprocamente suas decisões, enviando uma cópia de documentação relativa aos planos de realização do filme.

ARTIGO 6

Os filmes deverão ser realizados com autores, técnicos e intérpretes que tenham a nacionalidade brasileira ou argentina, ou que residam em um dos dois Estados contratantes desde pelo menos três anos antes da data de início da elaboração do filme, exceto nos casos em que se preveja de forma distinta nas respectivas legislações nacionais.

Levando em consideração as exigências do filme, poderá ser consentida, sob acordo prévio das autoridades competentes dos dois Estados contratantes, a participação de intérpretes, autores e técnicos qualificados não-residentes que tenham a nacionalidade de um terceiro Estado.

Permitir-se-á o emprego de intérpretes estrangeiros por exigências genotípicas.

ARTIGO 7

As tomadas do filme deverão ser realizada no território de uma das Partes contratantes, salvo no caso de exigências objetivas de ambientação relacionadas com o roteiro.

As tomadas de interiores deverão ser efetuadas, preferivelmente, no Estado contratante do co-produtor majoritário.

Para cada filme de co-produção serão preparados um negativo e um contratipo, ou um negativo e um internegativo.

Cada produtor será proprietário de um negativo de um contratipo.

O co-produtor minoritário poderá, sob prévio acordo do co-produtor majoritário, dispor do negativo original.

Em princípio, a revelação do negativo será realizada nos laboratórios de um dos Estados contratantes.

A impressão das cópias destinadas à programação em cada um dos Estados contratantes será efetuada nos respectivos laboratórios.

ARTIGO 8

Na medida do possível, deverá prevalecer um equilíbrio geral nas relações de co-produção, o qual será controlado periodicamente pelas Autoridades dos dois Estados.

ARTIGO 9

A distribuição das receitas dos mercados decorrentes de qualquer utilização econômica da obra deverá, em princípio, ser proporcional à participação financeira dos co-produtores no custo de produção do filme e será aprovada pelas autoridades competentes dos dois Estados contratantes.

Esse critério de distribuição de receitas poderá ser modificado pelos co-produtores com a anuência das Autoridades competentes dos dois Estados contratantes.

ARTIGO 10

Em princípio, as exportações de filmes de co-produção serão efetuadas pelo Estado contratante cuja participação financeira for majoritária, com a concordância do Estado do co-produtor minoritário, a qual se considerará outorgada se, no prazo de quinze dias, não for apresentada uma oferta melhor.

ARTIGO 11

Cada Parte transferirá à outra, dentro de prazos razoáveis estabelecidos pelo contrato, todo o material necessário para a preparação e lançamento publicitário de suas respectivas versões.

ARTIGO 12

Poderão participar das co-produções previstas neste Acordo outros países com os quais o Brasil ou a Argentina mantenham Acordos de co-produção.

A divisão de mercados e responsabilidades obedecerá ao critério de proporcionalidade relativa à participação de cada país.

ARTIGO 13

Os títulos de apresentação dos filmes de co-produção deverão indicar, em um quadro separado, as empresas produtoras, bem como a legenda "co-produção brasileiro - argentina" ou "co-produção argentino - brasileira".

Os filmes serão apresentados nos festivais internacionais pelo Estado contratante cuja participação financeira for majoritária, ou por aquele a que pertencer o diretor.

Os filmes co-produzidos em 50% serão apresentados pelo Estado de nacionalidade do diretor.

#### ARTIGO 14

Serão acordadas facilidades para a circulação e permanência do pessoal artístico e técnico empregado nos filmes realizados em co-produção segundo o presente Acordo, assim como para a importação e exportação, entre os dois Estados, do material necessário para a realização e utilização dos mencionados filmes, como também para as transferências de divisas relativas ao pagamento dos materiais e dos serviços prestados, em conformidade com os Acordos vigentes sobre a matéria em cada um dos Estados e, na falta destes, com as normas internas de cada Estado.

#### ARTIGO 15

As Autoridades competentes estimularão, na medida de suas possibilidades, a exibição em seus respectivos países dos filmes realizados no âmbito do presente Convênio e das leis e disposições vigentes em cada uma das duas nações.

### II - INTERCAMBIO

#### ARTIGO 16

No âmbito da legislação vigente, a venda, importação, exportação e programação dos filmes declarados como nacionais não estarão sujeitas a restrição alguma por ambas as Partes. Cada uma das Partes contratantes facilitará e estimulará, em seu território, a difusão de qualquer filme reconhecido como nacional pelo outro Estado.

As transferências das receitas decorrentes da venda e exploração dos filmes serão efetuadas de acordo com as normas do contrato de co-produção, em conformidade com as normas vigentes em cada Estado.



III - DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 17

As autoridades competentes dos dois Estados intercambiarão as informações de caráter técnico e financeiro relativas à co-produção, ao intercâmbio dos filmes e, de maneira geral, às relações cinematográficas entre os dois Estados contratantes.

ARTIGO 18

As Partes contratantes convêm em instituir uma Comissão Mista, que será presidida pelos funcionários responsáveis pelo setor cinematográfico de cada Estado, assistidos por especialistas e funcionários designados pelas respectivas Autoridades competentes, a qual terá a tarefa de examinar as condições de aplicação do presente Acordo.

A Comissão Mista terá, igualmente, a tarefa de propor modificações às normas processuais de execução deste Acordo.

A Comissão Mista reunir-se-á periódica e alternativamente no Brasil e na Argentina.

ARTIGO 19

Cada Parte contratante notificará a outra do cumprimento dos procedimentos requeridos por suas normas constitucionais para a aprovação do presente Acordo, que entrará em vigor a partir da data de recebimento da última destas notificações.

ARTIGO 20

O presente Acordo terá dois anos de duração a partir da data de sua entrada em vigor, e será renovado por recondução tácita por períodos sucessivos de dois anos, salvo denúncia de uma das duas Partes contratantes, com prévio aviso de pelo menos três meses antes de seu vencimento.

Feito na Cidade de Buenos Aires, aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e oito, em dois originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

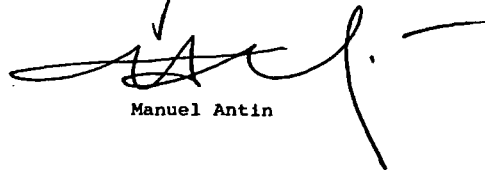
PELO GOVERNO DA REPUBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL:

  
Celso Furtado

  
Francisco Thompson Flôres

PELO GOVERNO DA REPUBLICA  
ARGENTINA:

  
Jorge Frederico Sabato

  
Manuel Antin

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

ACUERDO  
DE  
COPRODUCCION CINEMATOGRAFICA  
ENTRE  
LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL  
Y  
LA REPUBLICA ARGENTINA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Argentina,

Animados por el propósito de facilitar la producción en común de obras, que por sus elevadas cualidades artísticas y técnicas, contribuyan al desarrollo de las relaciones culturales y comerciales entre los dos países y sean competitivas en los respectivos territorios nacionales como en aquellos de otros Estados,

ACUERDAN lo siguiente:

1 COPRODUCCION

ARTICULO 1

A los fines del presente Acuerdo, se entiende por filme de coproducción, una película cinematográfica que supere 1.600 metros de largo para los largometrajes y que no fuere inferior a 290 metros para los cortometrajes en el formato de 35 mm., o de longitud proporcional en los otros formatos, realizado por uno o más productores argentinos conjuntamente con uno o más productores brasileños de conformidad con las normas indicadas en los siguientes artículos del presente Acuerdo, en base

a un contrato estipulado entre los coproductores y debidamente aprobado por las autoridades competentes de los respectivos Estados: por la Argentina la Secretaría de Cultura del Ministerio de Educación y Justicia -Instituto Nacional de Cinematografía-; y por el Brasil: el Ministerio de Cultura -Conselho Nacional de Cinema- y Embrafilme.

#### ARTICULO 2

Los filmes realizados en coproducción entre la Argentina y el Brasil serán considerados como filmes nacionales por las autoridades competentes de los Estados contratantes siempre que hayan sido realizados de acuerdo a las normas legales y a las disposiciones vigentes en ellos.

Estos gozarán de las ventajas previstas para los filmes nacionales por las disposiciones legales vigentes o por las que podrán ser dictadas en cada Estado coproductor.

Tales ventajas serán adquiridas solamente por la empresa productora del Estado que las concede.

A los fines de obtener los beneficios establecidos en el presente Acuerdo, los coproductores deberán reunir todos los requisitos previstos por las respectivas leyes nacionales para tener derecho a las facilidades previstas en favor de la producción cinematográfica nacional, como también los requisitos establecidos por las normas de procedimiento establecidas en este Acuerdo.

Los filmes de coproducción deberán ser realizados también por empresas que posean una adecuada organización técnica y financiera y una experiencia profesional reconocida por las autoridades nacionales, de acuerdo a las normas internas respectivas.

#### ARTICULO 3

Las solicitudes presentadas por las empresas productoras para

poder gozar de los beneficios del presente Acuerdo, deberán ser redactadas de conformidad con las disposiciones establecidas por las normas de procedimiento.

Los elementos de realización de la obra deberán ser transmitidos a las autoridades competentes de cada Estado contratante.

#### ARTICULO 4

En la producción de los filmes la proporción de los respectivos aportes de los coproductores de los Estados contratantes podrá variar del 30% al 80%.

El 30% de la cuota de participación financiera minoritaria deberá ser utilizada en el Estado del coproductor minoritario, salvo en los casos de coproducción con participación de más países, tal como lo establece el artículo 12 del presente Acuerdo.

El aporte de cada coproductor deberá consistir en una participación, además de financiera, también artística y técnica de nacionales del propio Estado contratante, salvo lo dispuesto en el artículo 5.

La participación artística y técnica deberá ser adecuadamente proporcional, a juicio de las autoridades competentes de los dos Estados coproductores.

#### ARTICULO 5

1. Las solicitudes para obtener el beneficio de la coproducción cinematográfica junto con el contrato de coproducción, deben ser depositadas, en principio, en el mismo período, ante las respectivas Autoridades, por lo menos 30 días antes del inicio de la filmación de la película.

2. La documentación para obtener dicho beneficio, redactada en idioma

portugués para el Brasil y en idioma español para la Argentina, debe ser la siguiente:

I Un documento comprobante que la propiedad de los derechos de autor para la adaptación cinematográfica ha sido legalmente adquirida;

II Un tratamiento detallado;

III El contrato de coproducción (un ejemplar firmado y rubricado en tres copias) estipulado con reserva de aprobación por parte de las Autoridades competentes de los dos Países.

Dicho contrato deberá precisar, en hoja adjunta:

- a) el título del filme;
- b) el nombre del autor del argumento y del adaptador, si se trata de un argumento extraído de una obra literaria;
- c) el nombre del director;
- d) el monto del costo;
- e) el monto de los aportes de los coproductores;
- f) la distribución de las ganancias y de los mercados;
- g) el compromiso de los productores a participar de los eventuales aumentos, o a beneficiarse de las economías sobre el costo del film en proporción a los respectivos aportes. La participación a los aumentos puede limitarse, para el productor minoritario, al 30% del costo del filme;
- h) una cláusula del contrato debe prever que la concesión del beneficio del Acuerdo no obliga a las Autoridades competentes de los dos Países a otorgar el permiso de proyección en público;
- i) otra cláusula debe precisar las condiciones del reglamento financiero entre las Partes:
  - en el caso que las Autoridades competentes no autorizaran la proyección en público del filme en uno u otro de los dos Países, o en el extranjero;
  - en el caso que los dos depósitos de los aportes financieros no hayan sido efectuados según lo previsto por el artículo 10 del Acuerdo;

j) la indicación del período previsto, en principio, para la iniciación de la filmación de la película.

IV El plan de financiación y el presupuesto del gasto;

V La lista de los elementos técnicos y artísticos con la indicación de la nacionalidad y de los roles atribuidos a los actores;

VI El plan de trabajo con la indicación analítica de la filmación de interiores y exteriores, los teatros y los países donde se efectúan las filmaciones;

VII El guión del filme, que deberá entregarse a las Autoridades antes del inicio de la filmación de la película.

Las respectivas Autoridades pueden además, solicitar todos los documentos y todas las indicaciones complementarias consideradas necesarias.

3. Modificaciones contractuales, incluida la sustitución de uno de los coproductores, podrán ser hechas al contrato original de coproducción depositado antes de la finalización de la filmación de la película; las mismas deberán ser sometidas a la aprobación de las Autoridades competentes de los dos Países antes de la finalización de la filmación de la película;

4. La sustitución de un coproductor puede ser admitida solo en casos excepcionales por motivos reconocidos válidos por las dos Autoridades.

5. Las Autoridades se informan recíprocamente de sus decisiones, enviando una copia del legajo relativo a los planes de realización del filme.

#### ARTICULO 6

Los filmes deberán ser realizados con autores, técnicos e intérpretes que tengan nacionalidad argentina o brasileña, o que residan en uno de los dos Estados contratantes por lo menos desde hace tres años antes de la fecha de iniciarse la elaboración del filme, salvo cuando se prevea

de otra forma en las respectivas legislaciones nacionales.

Teniendo en cuenta las exigencias del filme, podrá consentirse, previo acuerdo de las autoridades competentes de los dos Estados contratantes, la participación de intérpretes, autores y técnicos calificados no residentes que tengan la nacionalidad de un tercer Estado.

Estará permitido el empleo de intérpretes extranjeros por exigencias genotípicas.

#### ARTICULO 7

Las tomas del filme deberán realizarse en el territorio de una de las Partes contratantes, salvo objetivas exigencias de ambientación relacionadas con el guión.

Las tomas en interiores deberán ser efectuadas, preferiblemente, en el Estado contratante del coproductor mayoritario.

Para cada filme de coproducción serán preparados un negativo y un contratipo, o un negativo y un internegativo.

Cada productor será propietario de un negativo o de un contratipo.

El coproductor minoritario podrá, previo acuerdo con el coproductor mayoritario, disponer del negativo original.

En principio el revelado del negativo se realizará en los laboratorios de uno de los Estados contratantes.

La impresión de las copias destinadas a la programación en cada uno de los dos Estados contratantes será efectuada en los respectivos laboratorios.

#### ARTICULO 8

En lo posible, deberá existir un equilibrio general en las relaciones en coproducción, que será controlado periódicamente por las Autoridades de los dos Estados.



ARTICULO 9

La distribución de los ingresos de los mercados, derivadas de cualquier utilización económica de la obra, deberá en principio, ser proporcional a la participación financiera de los coproductores en el costo de producción del filme y será aprobada por las autoridades competentes de los dos Estados contratantes.

Este criterio de distribución de ingresos podrá ser modificado por los coproductores con el acuerdo de las autoridades competentes de los dos Estados contratantes.

ARTICULO 10

En principio, las exportaciones de filmes de coproducción serán efectuadas por el Estado contratante cuya participación financiera sea mayoritaria, con la conformidad del Estado del coproductor minoritario la que se considerará otorgada si en el plazo de quince días no presenta una mejor oferta.

ARTICULO 11

Cada Parte transferirá a la otra, dentro de plazos razonables establecidos por el contrato, todo el material necesario para la preparación y lanzamiento publicitario de sus respectivas versiones.

ARTICULO 12

En las coproducciones previstas en este Acuerdo podrán participar otros países con los que la Argentina o Brasil mantengan acuerdos de coproducción.

La división de mercados y responsabilidades obedecerá al criterio de proporcionalidad relativas a la participación de cada país.

ARTICULO 13

Los títulos de presentación de los filmes de coproducción deberán indicar, en un cuadro separado, las empresas productoras así como la leyenda "coproducción argentino-brasileña" o "coproducción brasileña-argentina".

Los filmes serán presentados en los festivales internacionales por el Estado contratante cuya participación financiera sea mayoritaria o al que pertenece el director.

Los filmes coproducidos al 50% serán presentados por el Estado cuya nacionalidad posea el director.

ARTICULO 14

Serán acordadas facilidades para la circulación y permanencia del personal artístico y técnico empleado en los filmes realizados en coproducción según el presente Acuerdo, como también para la importación y la exportación entre los dos Estados del material necesario para la realización y la utilización de los mencionados filmes, como también para las transferencias de divisas relativas al pago de los materiales y de las prestaciones, según los Acuerdos vigentes en la materia en cada uno de los Estados y, en su defecto, de las normas internas de cada Estado.

ARTICULO 15

Las Autoridades competentes estimularán en la medida de sus posibilidades la exhibición en sus respectivos países de los filmes realizados en el marco del presente Convenio y de las leyes y disposiciones vigentes en cada de las naciones.

II INTERCAMBIO

ARTICULO 16

En el ámbito de la legislación vigente, la venta, importación, exportación y programación de los filmes declarados nacionales no estarán sujetas a restricción alguna por ambas Partes. Cada una de las Partes contratantes facilitará y estimulará en su territorio la difusión de cualquier filme reconocido como nacional por el otro Estado.

Las transferencias de los ingresos derivados de la venta y explotación de los filmes serán efectuadas según las normas del contrato de coproducción, de conformidad con las normas vigentes en cada Estado.

III DISPOSICIONES FINALES

ARTICULO 17

Las Autoridades competentes de los dos Estados se comunicarán las informaciones de carácter técnico y financiero relativas a la coproducción, al intercambio de los filmes y, en general a aquellas relativas a las relaciones cinematográficas entre los dos Estados contratantes.

ARTICULO 18

Las Partes contratantes convienen en instituir una Comisión Mixta que será presidida por los funcionarios responsables del sector cinematográfico de cada Estado, asistidos por expertos y funcionarios designados por las respectivas autoridades competentes, que tendrá la tarea de examinar las condiciones de aplicación del presente Acuerdo.

La Comisión Mixta tendrá, asimismo, la tarea de proponer modificaciones a las normas de procedimiento para la ejecución de este

Acuerdo.

La Comisión Mixta se reunirá periódica y alternativamente en la Argentina o en Brasil.

ARTICULO 19

Cada Parte contratante notificará a la otra el cumplimiento del procedimiento requerido por sus normas constitucionales para la aprobación del presente Acuerdo, que entrará en vigor a partir de la fecha de recepción de la última de estas notificaciones.

ARTICULO 20

El presente Acuerdo tendrá dos años de duración a partir de la fecha de su entrada en vigor y será renovado por tácita reconducción por períodos sucesivos de dos años, salvo denuncia de una de las dos Partes contratantes con previo aviso de por lo menos tres meses antes del vencimiento.

HECHO en la ciudad de Buenos Aires, a los dieciocho días del mes de abril de mil novecientos ochenta y ocho, en dos originales en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA  
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA  
REPUBLICA ARGENTINA

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ON FILM CO-PRODUCTION BETWEEN THE FEDERATIVE  
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Argentine Republic,

Desiring to facilitate the joint production of films which, by their high artistic and technical merits, will contribute to the development of cultural and trade relations between the two countries and which will be competitive both in the respective national territories and in the territories of other States,

Have agreed as follows:

I. CO-PRODUCTION

*Article 1*

For the purposes of this Agreement, a co-production film shall be defined as any feature film more than 1,600 metres long, and any short film in 35-mm format not less than 290 metres long or in other formats of the same relative length, produced jointly by one or more Brazilian producers with one or more Argentine producers in conformity with the provisions set forth in the following articles of this Agreement, based on a contract concluded by the co-producers and duly approved by the competent authorities of the respective States: in Brazil, the National Cinema Council of the Ministry of Culture and Embrafilme; and in Argentina, the National Cinematographic Institute in the Secretariat for Culture of the Ministry of Education and Justice

*Article 2*

Films co-produced by Brazil and Argentina shall be treated as nationally produced films by the competent authorities of the Contracting States provided that they have been produced in accordance with the legal rules and provisions in force therein.

Such films shall enjoy the advantages accorded to national films by the legal provisions in force or those to be promulgated in each co-producing State.

Such advantages shall be acquired only by the producing enterprise in the State which grants them.

To enjoy the benefits established in this Agreement, co-producers must fulfil all the obligations laid down by their respective national laws for entitlement to the advantages accorded to national film production as well as the obligations laid down by the procedural rules set forth in this Agreement.

Co-produced films must also be produced by enterprises having adequate technical and financial resources, and professional experience recognized by the national authorities, in accordance with their respective national rules.

*Article 3*

Applications by production enterprises to be granted the benefits of this Agreement must be drawn up in accordance with the provisions established under the procedural rules.

A description of the resources needed for each film must be submitted to the competent authorities of each Contracting State.

*Article 4*

In the production of films, the proportion of the respective contributions of the co-producers of the Contracting States may vary between 30 and 80 per cent.

The minority 30 per cent share of the financing must be used in the State of the minority co-producer, except in co-productions where more countries are involved, as provided in article 12 of this Agreement.

Each co-producer's contribution shall consist of an artistic and technical as well as a financial contribution on the part of nationals of its own Contracting State, except as provided in article 5.

The artistic and technical contributions must be judged to be suitably proportional by the competent authorities of the two co-producing States.

*Article 5*

1. Applications for the granting of film co-production privileges, together with the co-production contract must, in principle, be submitted at the same time to the respective authorities at least 30 days before filming is to begin.

2. Documentation in support of the application, drawn up in Portuguese for Brazil and in Spanish for Argentina, must include the following:

(I) A document establishing that ownership of the copyright for the film adaptation has been legally acquired;

(II) A detailed description;

(III) The co-production contract (one signed original and three certified true copies) making execution conditional on approval by the competent authorities of the two countries.

The contract must indicate, in an annex:

(a) The title of the film;

(b) The name of the author of the story and the adaptor in the case of a story taken from a literary work;

(c) The name of the director;

(d) The total cost;

(e) The sum of the total contributions of each co-producer;

(f) The division of receipts and markets;

(g) An undertaking on the part of the producers to share any increases or savings with regard to the cost of the film in the same proportion as their respective contributions. The minority producer's share of any increases may be limited to 30 per cent of the cost of the film;

(h) A clause in the contract must stipulate that any advantages obtained under this Agreement shall not oblige the competent authorities of either country to grant permission for the film to be shown in public;

(i) Another clause must define the conditions for financial payments between the Parties:

If the competent authorities do not authorize the film to be shown in public in either country or abroad;

If the two deposits on account for the financial contributions have not been made in accordance with article 10 of the Agreement;

(j) An indication of the time set, in principle, for the start of filming.

(IV) A financial plan and expenditure budget;

(V) A list of technical and artistic personnel, the roles to be played by the actors and the actors' nationality;

(VI) The work schedule indicating indoor and outdoor filming and the studios and countries where filming will take place;

(VII) The script for the film, which must be provided to the authorities before filming begins.

The respective authorities may also request any documents and additional information deemed necessary.

3. Changes to the contract, including replacement of one of the co-producers, must be made to the original co-production contract before filming ends; such changes must also be submitted to the competent authorities of the two countries for approval before filming ends.

4. The replacement of a co-producer shall be permitted only in exceptional cases and for reasons recognized as valid by the two authorities.

5. The authorities shall inform each other of their decisions, by providing each other with a copy of the file relating to plans for production of the film.

#### *Article 6*

Films shall be made with actors, technicians and performers who have Brazilian or Argentine nationality or have resided in one of the two Contracting States for at least three years before the date on which preparation for the film began, except when the respective national legislations provide otherwise.

Taking into account the requirements of the film, qualified non-resident performers, actors and technicians who are nationals of third countries may be allowed to participate subject to prior agreement by the competent authorities of the two Contracting States.

Foreign performers may be employed in order to portray a person of a specific ethnic origin.

*Article 7*

Filming must take place in the territory of one of the Contracting Parties, except where the script requires some other setting.

Indoor filming must preferably take place in the Contracting State of the majority co-producer.

For each co-produced film, one negative and one countertype or one negative and one intemegative shall be prepared.

Each co-producer shall be the owner of a negative or of a countertype.

The minority co-producer may, subject to the prior agreement of the majority co-producer, hold the original negative.

The negative shall, in principle, be developed in the laboratories of one of the Contracting States.

The copies to be shown in the territory of each Contracting State shall be printed in their respective laboratories.

*Article 8*

Whenever possible, the relationship between the participants in the co-production shall be balanced overall, and shall be monitored periodically by the authorities of the two States.

*Article 9*

The apportionment of market receipts arising out of any commercial use of the film shall in principle be proportional to the financial contribution by the co-producers to the film's production costs and shall be approved by the competent authorities of the two Contracting States.

The co-producers may agree to a different arrangement for the apportionment of any receipts, with the approval of the competent authorities of the two Contracting States.

*Article 10*

Co-produced films shall in principle be exported by the Contracting State making the majority financial contribution, with the approval of the minority co-producing State, which shall be deemed to have been granted if no better offer has been made within a period of 15 days.



*Article 11*

Each Party shall transfer to the other, within a reasonable period of time as defined in the contract, all necessary material for the preparation and advertising of their respective versions.

*Article 12*

Other countries with which Brazil or Argentina have co-production agreements may participate in the co-productions governed by this Agreement.

Any division of markets and responsibilities shall be proportional to the relative participation of each country.

*Article 13*

The opening credits of co-produced films shall include, in a separate section, the names of the companies which made the film and the designation "Brazilian-Argentine co-production" or "Argentine-Brazilian co-production".

Films shall be presented at international festivals by the Contracting State which is the majority financial contributor or of which the director is a national.

In the case of co-produced films the costs of which have been shared equally, the film shall be presented by the State of which the director is a national.

*Article 14*

The Parties shall facilitate the movement and stay of the artistic and technical personnel employed in co-produced films under this Agreement, as well as the import and export to and from the two States of the material necessary for the production and use of those films and the transfer of currency relating to payment for materials and services, in accordance with the relevant agreements in force in each State or, in the absence of such agreements, with the national legislation of each State.

*Article 15*

The competent authorities shall promote to the extent possible the showing in their respective countries of films produced within the framework of this Agreement and the laws and provisions in force in each country.

II. EXCHANGE

*Article 16*

The sale, import, export and scheduling of films designated as national films shall not be subject to any restrictions by either Party under the terms of its legislation. Each Con-

tracting Party shall facilitate and promote in its territory the distribution of any film recognized as a national film by the other State.

Transfers of receipts arising from the sale and exploitation of the films shall be effected as provided for in the co-production contract and in accordance with the rules in force in each State.

### III. FINAL PROVISIONS

#### *Article 17*

The competent authorities of the two States shall communicate to each other technical and financial information relating to the co-production and exchange of films and, in general, to cinematographic relations between the two Contracting States.

#### *Article 18*

The Contracting Parties agree to establish a Joint Commission which shall be comprised of the officials of each State responsible for the cinematographic sector, assisted by experts and officials designated by the respective competent authorities, and shall be responsible for reviewing the conditions for the implementation of this Agreement.

The Joint Commission may also propose amendments to the rules of procedure for the application of this Agreement.

The Joint Commission shall meet periodically, alternately in Brazil or Argentina.

#### *Article 19*

Each Contracting Party shall notify the other when the formalities required under its Constitution for the adoption of this Agreement have been completed. This Agreement shall enter into force on the date of receipt of the last such notification.

#### *Article 20*

This Agreement shall remain in force for a period of two years following the date of its entry into force and shall be automatically renewed for successive two-year periods, unless one of the Parties provides notice of its intention to terminate the Agreement at least three months prior to its expiration.

Done at Buenos Aires on 18 April 1988 in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO FURTADO

FRANCISCO THOMPSON FLÔRES

For the Government of the Argentine Republic:

JORGE FREDERICO SABATO

MANUEL ANTIN

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE COPRODUCTION CINÉMATOGRAPHIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République argentine,

Animés du désir de faciliter la production en commun de films qui, par leurs hautes qualités artistiques et techniques, contribueront au développement des relations culturelles et commerciales entre les deux pays et seront compétitifs tant sur les territoires nationaux des deux pays que sur ceux d'autres États,

Sont convenus de ce qui suit :

I. COPRODUCTION

*Article premier*

Aux fins du présent Accord, l'on entend par film en coproduction un film cinématographique de plus de 1 600 mètres de long pour les longs métrages et de 290 mètres de long au moins pour les courts métrages en format de 35 mm ou de longueur proportionnelle en d'autres formats, réalisés par un ou plusieurs producteurs brésiliens conjointement avec un ou plusieurs producteurs argentins conformément aux dispositions des articles suivants du présent Accord, sur la base d'un contrat conclu entre les coproducteurs et dûment approuvé par les autorités compétentes des deux pays, à savoir, pour le Brésil, le Conseil national du cinéma du Ministère de la culture et Embrafilme et, pour l'Argentine, l'Institut national de cinématographie du Secrétariat à la culture du Ministère de l'éducation et de la justice

*Article 2*

Les films réalisés en coproduction entre le Brésil et l'Argentine sont considérés comme des films nationaux par les autorités compétentes des États contractants s'ils ont été réalisés conformément aux dispositions législatives en vigueur dans les États respectifs.

Lesdits films jouissent des avantages auxquels peuvent prétendre les films nationaux conformément aux dispositions législatives en vigueur ainsi que les avantages pouvant être offerts dans chacun des États coproducteurs.

Ces avantages ne sont acquis qu'à l'entreprise productrice de l'État qui les accorde.

Pour être admis au bénéfice du présent Accord, les coproducteurs doivent remplir toutes les conditions prévues par leurs législations nationales respectives pour pouvoir prétendre aux facilités accordées à la production cinématographique nationale ainsi que les conditions prévues par les normes de procédures établies dans ledit Accord.

Les films en coproduction doivent également être réalisés par des entreprises disposant d'une organisation technique et financière adéquate et d'une expérience professionnelle reconnue par les autorités nationales, conformément aux dispositions internes respectives.

### *Article 3*

Les demandes présentées par les entreprises productrices pour être admises au bénéfice du présent Accord doivent être rédigées conformément aux dispositions prévues par les normes de procédures établies.

Les éléments de réalisation de l'oeuvre doivent être communiqués aux autorités compétentes de chaque État contractant.

### *Article 4*

Les apports respectifs à la réalisation des films des coproducteurs des États contractants peuvent varier entre 30 pour cent et 80 pour cent.

Sauf en cas de coproduction avec d'autres pays, comme prévu à l'article 12 du présent Accord, 30 pour cent de la participation financière minoritaire doit être utilisée dans l'État du coproducteur minoritaire.

Sous réserve des dispositions de l'article 5, l'apport de chaque coproducteur doit revêtir la forme d'une participation non seulement financière mais aussi artistique et technique de ressortissants de l'État contractant dont il relève.

La participation artistique et technique doit refléter une proportionnalité adéquate, selon ce que déterminent les autorités compétentes des deux États coproducteurs.

### *Article 5*

1. Les demandes d'admission au bénéfice de la coproduction cinématographique ainsi que le contrat de coproduction doivent être déposés, en principe simultanément, devant les administrations respectives 30 jours au moins avant le début du tournage.

2. Le dossier accompagnant la demande, rédigé en portugais dans le cas du Brésil et en espagnol dans le cas de l'Argentine, doit comprendre les pièces suivantes :

I. Un document attestant que la propriété des droits d'auteur de l'adaptation cinématographique a été acquise légalement;

II. Un scénario détaillé;

III. Le contrat de coproduction (un exemplaire signé et paraphé en trois copies) stipulant qu'il est conclu sous réserve d'approbation par les autorités compétentes des deux pays.

Le contrat doit indiquer, sur une feuille jointe:

a) Le titre du film;

b) Le nom de l'auteur du scénario et de l'adaptateur s'il s'agit d'un scénario tiré d'une oeuvre littéraire;

c) Le nom du metteur en scène;

- d) Le devis global;
- e) Le montant des apports de chaque coproducteur;
- f) La répartition des recettes et des marchés;
- g) L'engagement des producteurs de participer aux dépassements de devis éventuels ou de bénéficier des économies réalisées sur le coût du film proportionnellement à leurs apports respectifs, étant entendu que la participation aux dépassements de devis peut être limitée, pour le producteur minoritaire, à 30 pour cent du coût du film;
- h) Le fait que l'admission au bénéfice de l'Accord n'oblige pas les autorités compétentes des deux pays à accorder l'autorisation de projection publique;
- i) Les conditions de l'arrangement financier intervenu entre les Parties :  
Au cas où les autorités compétentes n'autoriseraient pas la projection publique du film sur le territoire de l'un ou l'autre des deux pays ou à l'étranger;  
Au cas où les deux apports financiers n'ont pas été déposés comme prévu à l'article 10 du présent Accord;
- j) Le délai prévu, en principe, pour le début du tournage.

IV. Le plan de financement et le budget des dépenses;

V. La liste des apports techniques et artistiques, avec indication des nationalités des acteurs et des rôles qui leur sont attribués;

VI. Le plan de travail, avec une indication détaillée du tournage en intérieur et en extérieur, des localités et des pays où sera effectué le tournage de chaque séquence;

VII. Le script, qui doit être communiqué aux autorités avant le début du tournage.

Les autorités respectives peuvent en outre demander tous autres documents et toutes indications complémentaires qu'elles jugent nécessaires.

3. Des modifications, y compris pour le remplacement de l'un des coproducteurs, peuvent être apportées avant la fin du tournage au contrat initial de coproduction déposé et doivent être soumises à l'approbation des autorités compétentes des deux pays avant la fin du tournage.

4. Le remplacement d'un coproducteur ne peut être approuvé que dans des cas exceptionnels et pour des motifs reconnus valables par les deux autorités.

5. Les autorités s'informent réciproquement de leurs décisions par l'envoi d'une copie du dossier relatif au programme de réalisation du film.

#### *Article 6*

À moins que les législations nationales respectives n'en disposent autrement, les films doivent être réalisés avec des auteurs, techniciens et interprètes ayant la nationalité brésilienne ou argentine ou ayant leur résidence sur le territoire de l'un des deux États contractants depuis trois ans au moins avant la date prévue pour le début du tournage.

Compte tenu des exigences du film et avec l'accord préalable des autorités compétentes des deux États contractants, la participation d'interprètes, d'auteurs et de techniciens non résidents ayant la nationalité d'un État tiers peut être autorisée.

L'emploi d'interprètes étrangers pour des raisons génotypiques est autorisé.

*Article 7*

Sauf exigences objectives de localisation liées au scénario, les séquences du film doivent être tournées sur le territoire de l'une des Parties contractantes.

Les tournages en intérieur doivent être effectués de préférence sur le territoire de l'État contractant dont relève le coproducteur majoritaire.

Tout film en coproduction doit comporter un négatif et un contretype ou un négatif et une copie.

Chaque coproducteur est propriétaire d'un négatif ou d'un contretype.

Le coproducteur minoritaire peut, avec l'accord préalable avec le coproducteur majoritaire, disposer du négatif original.

Le développement du négatif est en principe effectué dans les laboratoires de l'un des États contractants.

L'impression des copies destinées à être programmées sur le territoire de chacun des États contractants est effectuée dans les laboratoires correspondants.

*Article 8*

Dans la mesure du possible, les relations de coproduction doivent refléter un équilibre général qui est contrôlé périodiquement par les autorités des deux États.

*Article 9*

La répartition des recettes provenant de toute utilisation commerciale de l'oeuvre doit en principe être proportionnelle à la participation financière des coproducteurs au coût de production du film et doit être approuvée par les autorités compétentes des deux États contractants.

Ce principe de répartition des recettes peut être modifié par les coproducteurs avec l'accord des autorités compétentes des deux États contractants.

*Article 10*

En principe, les exportations des films en coproduction sont effectuées par l'État contractant dont la participation financière est majoritaire avec l'assentiment de l'État du coproducteur minoritaire, lequel est réputé l'accorder s'il ne présente pas d'offre plus avantageuse dans un délai de 15 jours.

*Article 11*

Chacune des Parties transfère à l'autre, dans des délais raisonnables fixés par le contrat, tout le matériel nécessaire pour la préparation et le lancement publicitaire de ses versions respectives.

*Article 12*

Peuvent participer aux coproductions prévues par le présent Accord d'autres pays avec lesquels le Brésil et l'Argentine ont conclu des accords de coproduction.

La répartition des marchés et des responsabilités doit refléter la règle de proportionnalité touchant la participation de chaque pays.

*Article 13*

Le générique des films en coproduction doit comporter, sur un carton séparé, le nom des producteurs ainsi que la mention "coproduction brésilo-argentine" ou "coproduction argentino-brésilienne.

Les films sont présentés aux festivals internationaux par l'État contractant dont la participation financière est majoritaire ou dont relève le metteur en scène.

Les films à participation égale sont présentés par l'État dont le metteur en scène est ressortissant.

*Article 14*

Toutes les facilités sont accordées pour la circulation et le séjour du personnel artistique et technique employé dans des films réalisés en coproduction conformément au présent Accord ainsi que pour l'importation et l'exportation entre les deux États du matériel nécessaire à la réalisation et à l'utilisation desdits films et pour les transferts de devises correspondant au paiement du matériel et des prestations, conformément aux accords en vigueur en la matière dans chacun des deux États et, à défaut, aux dispositions internes de chaque État.

*Article 15*

Les autorités compétentes encouragent, dans la mesure de leurs possibilités, la projection dans leurs pays respectifs des films réalisés dans le cadre du présent Accord ainsi que des lois et dispositions en vigueur dans chacun des deux pays.

II. ÉCHANGES

*Article 16*

Conformément à la législation en vigueur, la vente, l'importation, l'exportation et la programmation des films déclarés être nationaux ne sont soumises à aucune restriction par l'une ou l'autre des Parties. Chacune des Parties contractantes facilite et encourage sur son territoire la diffusion de tout film considéré comme national par l'autre Partie.



Les transferts des recettes provenant de la vente et de l'exploitation des films sont effectués conformément aux dispositions du contrat de coproduction et aux règles en vigueur dans chaque État.

### III. DISPOSITIONS FINALES

#### *Article 17*

Les autorités compétentes des deux États se communiquent les renseignements de caractère technique et financier relatifs aux coproductions, aux échanges de films et en général aux relations cinématographiques entre les deux États contractants.

#### *Article 18*

Les Parties contractantes conviennent de créer une Commission mixte présidée par les fonctionnaires responsables du secteur cinématographique dans chaque État, assistés par des experts et fonctionnaires désignés par les autorités compétentes respectives, avec pour tâche d'examiner les conditions d'application du présent Accord.

La Commission mixte est également chargée de proposer des modifications aux règles de procédures applicables à l'exécution du présent Accord.

La Commission mixte se réunit périodiquement et alternativement au Brésil et en Argentine.

#### *Article 19*

Chacune des Parties contractantes notifie à l'autre l'accomplissement des formalités requises par ses dispositions constitutionnelles pour l'approbation du présent Accord, qui entrera en vigueur à compter de la date de réception de la dernière de ses notifications.

#### *Article 20*

Le présent Accord est conclu pour une durée de deux ans à compter de la date de son entrée en vigueur et sera tacitement reconduit pour des périodes successives de deux ans à moins que l'une des deux Parties contractantes ne le dénonce moyennant préavis de trois mois au moins avant l'expiration de la période de validité en cours.

Fait à Buenos Aires le 18 avril 1998 en deux exemplaires en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO FURTADO

FRANCISCO THOMPSON FLÔRES

Pour le Gouvernement de la République argentine :

JORGE FREDERICO SABATO

MANUEL ANTIN